

Presidentes da Câmara pedem reunião a Bolieiro para exigir mais investimento em São Miguel

Os Presidentes das Câmaras Municipais da ilha de S. Miguel solicitaram uma reunião ao Presidente do Governo dos Açores, José Manuel Bolieiro, para exigirem mais investimento público nesta ilha, soube o nosso jornal.

De acordo com a nossa fonte, o encontro entre os autarcas e o governante deverá ocorrer ainda esta semana, provavelmente amanhã, no Palácio de Sant'Ana.

Os presidentes das câmaras de S. Miguel têm manifestado, nos últimos tempos, alguma preocupação e descontentamento pelo atraso em vários projectos nesta ilha, com alguns a transmitirem este descontentamento através de declarações públicas, como foram os casos dos chefes de edilidade de Ponta Delgada, da Ribeira Grande, de Nordeste e da Povoação.

A estes juntam-se agora os presidentes de Câmara da Lagoa, Crsitina Calisto, e de Vila Franca, Ricardo Rodrigues, que comungam das mesmas preocupações.

Segundo sabe o Diário dos Açores, este assunto tem sido abordado pelos autarcas nas reuniões da Associação de Municípios de S. Miguel, com todos a comungarem da reivindicação de mais investimento público na ilha, “sobretudo em infraestruturas que são estruturantes para o desenvolvimento de S. Miguel, independentemente do concelho onde se localizam”.

O Diário dos Açores já tinha dado conta desse descontentamento que paira, não só entre os autarcas de São Miguel, mas também em responsáveis de instituições sociais e até dirigentes partidários ligados ao PSD nesta



ilha.

Muitas destas queixas já têm chegado aos ouvidos de José Manuel Bolieiro e dos restantes membros do Governo, havendo promessas, segundo as nossas fontes, de que poderá estar em preparação um pacote de investimentos para anunciar nos próximos meses, para além do aparecimento em acontecimentos públicos, com mais frequência, do Presidente do Governo na ilha de S. Miguel.

As críticas mais contundentes partiram, até agora, do Presidente da Câmara da Ribeira Grande, Alexandre Gaudêncio, e de Pedro Nascimento Cabral, Presidente do município de Ponta Delgada, influentes dirigentes do PSD.

O primeiro diz não compreender a falta de investimento do Governo em obras importantes daquele concelho, dando como exemplo o projecto da Avenida do Atlântico naquela cidade.

Já Pedro Nascimento Cabral, há poucos dias, numa conferência em

Ponta Delgada, desafiou o Governo Regional a promover uma “séria reflexão” quanto ao que pretende para o desenvolvimento e progresso da maior cidade dos Açores e, por associação, da ilha de São Miguel, para a próxima década.

O autarca deu como exemplos “a urgência da requalificação do Aeroporto João Paulo II, para melhorar o acolhimento dos passageiros e agilizar as cargas e descargas aéreas”, bem como o estudo da construção de um novo porto comercial na ilha de São Miguel, acrescentando que “é preciso continuar a reabilitar e a desenvolver as nossas vias terrestres, em modelos similares ao projecto ‘SCUT’ em benefício de uma imprescindível coesão territorial, social e económica, tão determinantes para o progresso da ilha de São Miguel”, na qual se concentra 70% da economia regional.

O Presidente do Município de Ponta Delgada defendeu ainda ser necessário repensar o modelo de transportes terrestres coletivo de passageiros,

assim como aferir o real impacto do “fim dos programas ocupacionais determinado pelo Governo dos Açores e “a sua eventual relação com o aumento de focos de miséria e pobreza entre nós”, para além das dificuldades criadas ao município, por exemplo, na limpeza e manutenção das vias municipais.

Outro aspecto que considera ser merecedor de maior atenção prende-se com a nova configuração dos cabos submarinos de fibra óptica, solução que o Conselho de Ilha de São Miguel já deu nota pública de prejudicar a maior ilha açoriana ao nível da sua acessibilidade digital.

“Não podemos colocar em causa a nossa acessibilidade digital e ainda ninguém justificou, bem ‘justificadinho’, qual a vantagem técnica para os cabos submarinos que nos ligam ao mundo, saírem da ilha de São Miguel, ignorando as entidades regionais e nacionais. Lembro, a esse propósito, a deliberação do Conselho de Ilha de São Miguel sobre os efeitos na nossa ilha e cito: “é prejudicada com a solução adoptada, por via do aumento do período de latência (em 2 milissegundos) e do risco de interrupção” pela solução de substituição dos cabos submarinos de fibra óptica que asseguram as telecomunicações entre o Continente-Açores-Madeira”, asseverou o autarca.

São estes alguns dos assuntos que deverão estar em cima da mesa da reunião de amanhã entre Bolieiro e os presidentes de Câmara.

jornal@diariodosacores.pt

Agricultores descontentes com atrasos do Governo

O Presidente da Federação Agrícola dos Açores, Jorge Rita, alertou para a baixa execução do actual quadro comunitário de apoio no sector, alegando que a Região corre risco de devolver fundos, pela primeira vez.

“Já chamámos à atenção do Secretário Regional, mais do que uma vez, já tivemos esta conversa com o senhor Presidente do Governo, estamos de verdade preocupados com esta situação de fraca execução. Corremos alguns riscos de devolução de verbas, o que será histórico na Região Autónoma dos Açores”, afirmou Jorge Rita, numa conferência de imprensa, em Angra do Heroísmo, na ilha Terceira.

Segundo o dirigente, em causa estão os fundos comunitários para a modernização das explorações, que tem uma taxa de execução de 52%, e para a entrada de jovens agricultores, que está a 53%, numa altura em que “só há mais dois anos para finalizar este quadro”.

“Já há muitos anos não ouvia alguém da União Europeia chamar tanto à atenção da Região para a fraca execução do quadro comunitário de apoio”, frisou.

Para Jorge Rita, a baixa taxa de



execução pode estar relacionada com a falta de funcionários para trabalhar nesta área, mas também com a falta de verbas da Região para assegurar a sua parte na comparticipação (15%), já que há “projectos que já deviam ter sido pagos há dois meses e ainda não estão pagos”.

“O endividamento zero na Região é uma obsessão quase, porque pode pôr em causa estes investimentos que precisamos fazer na agricultura. Se a Região não tiver as verbas que tem de alocar a este tipo de investimentos, podemos correr o risco de devolução”, sublinhou.

O Presidente da Federação Agrícola dos Açores manifestou ainda preocupação com o novo quadro comunitário de apoio, alegando que é conhecido o montante previsto, mas não as medi-

das a aplicar.

“Há muitas medidas que têm de ser criadas, que ainda não estão totalmente negociadas. O quadro está aí à porta e nós estamos muito atrasados. Este momento é crucial”, alertou.

Jorge Rita admitiu que tem havido “um excelente entendimento entre a federação e o Governo Regional”, como disse recentemente o Presidente do Executivo açoriano, mas apelou à tutela para que não fique “acomodada ao sucesso que tem tido nalgumas áreas”.

“Há falta de diálogo, há falta de articulação, há falta de concertação na Secretaria Regional da Agricultura para que esse processo seja o mais transparente possível, no sentido de nós todos trabalharmos um documento que vá ao encontro daquilo que são as necessidades da Região Autónoma dos Açores”, apontou, referindo-se ao novo quadro comunitário.

O dirigente criticou ainda o atraso no pagamento dos apoios às associações do sector, alegando que em 2022 “só foi pago 50%” do montante previsto e, este ano, ainda “não houve pagamento”.

“As associações estão aflitas à espe-

ra das verbas que o Governo Regional tem para pagar. O senhor Secretário Regional da Agricultura actual foi dirigente de uma associação, foi dirigente da federação, sabe quanto é que custa estar a gerir uma associação que tem poucos recursos”, salientou.

Também em atraso, segundo Jorge Rita, está a resposta aos pedidos de compensação pelos prejuízos provocados pela depressão Óscar, em Junho, que afectou sobretudo a produção de hortofrutícolas.

“Já enviámos toda a documentação e o levantamento que foi feito pelas organizações da produção, mais a nível de São Miguel e Santa Maria, onde houve mais prejuízo, e da parte da Secretaria até hoje não obtivemos qualquer tipo de resposta”, revelou.

O Presidente da Federação Agrícola reiterou novamente as críticas ao Governo da República por não abranger os agricultores dos Açores nos apoios ao aumento dos custos produção.

“Precisamos da força do Governo Regional e do apoio do senhor Presidente da República para que essa situação seja mais justa, mais abrangente, porque os Açores dão mais Portugal a Portugal”, insistiu.